



PBH Ativos S/A

Investindo em Belo Horizonte

P.B.H. - ATIVOS S/A  
REGISTRADO

Livro nº 02

Fls: 08 - Registro: 099/2016

CONTRATO Nº 006/2016 13/10/2016 13/10/2016

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o PBH ATIVOS S/A e a empresa **BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES-SS.**

A **PBH ATIVOS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Afonso Pena, n.º 774, 5º andar, Bairro Centro, CEP 30.130-003, Belo Horizonte, MG, CNPJ/MF nº 13.593.766/0001-79, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Júlio Onofre Mendes de Oliveira, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF/MF 176.320.486-34, e pelo Diretor Executivo, Francisco Rodrigues dos Santos, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 129.958.436-53 doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES - SS**, neste ato denominada **CONTRATADA**, detentora do CNPJ 54.276.936/0001-79 situada na Rua Major Quedinho nº 90, Bairro Consolação, São Paulo - SP. - CEP: 01050-030, celebram o presente Contrato decorrente do Pregão eletrônico 002/2016, processo administrativo nº 03.16.376, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, e demais legislações aplicáveis, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1.1 Contratação de empresa para a prestação dos serviços especializados para atuar como Auditoria Externa Independente para a PBH Ativos S/A, conforme descrição do objeto Anexo I do presente contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DO RECURSO FINANCEIRO

- 2.1. O custo da presente aquisição ocorrerá por disponibilidade financeira da PBH Ativos S/A, nos termos do artigo 12 da Lei Municipal n. 10.003 de 25/11/2010.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

- 3.1. O presente contrato tem o valor total de R\$ 155.700,00 (cento e cinquenta e cinco mil e setecentos reais).

#### CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

- 4.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contada a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com os termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
- 4.2. A prorrogação a que se refere o subitem anterior será realizada mediante termo aditivo.
- 4.3. Ocorrendo prorrogação, serão mantidas as condições do contrato inicial e observada a legislação em vigor. Nos casos de majoração do valor contratual exigir-se-á reforço da garantia prevista na Cláusula Décima Terceira deste contrato.





#### **CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE**

- 5.1. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
- 5.2. Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da Contratado.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DO ADITAMENTO DOS SERVIÇOS E PREÇOS**

- 6.1. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais.
- 6.2. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.
- 6.3. Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.
- 6.4. Excetua-se da regra as alterações autorizadas prévia e expressamente pelo Representante Legal do CONTRATANTE, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 7.1. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixado no Anexo I deste contrato.
- 7.2. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.
- 7.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante quanto à prestação do serviço.
- 7.4. Garantir a boa qualidade do serviço prestado.
- 7.5. Comprovar a existência de escritório próprio (filial, sucursal ou de trabalho) na cidade de Belo Horizonte, local onde a prestação de serviços ocorrerá, visando agilidade e troca de informações diante do cronograma e prazos planejados para o desenvolvimento das atividades.
- 7.6. Apresentar certidão de regularidade relativa à sua inscrição no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, entidade responsável pelo registro, fiscalização e obediência ao código de ética pela qual se devem conduzir os profissionais de contabilidade, da empresa licitante.
- 7.7. Comprovar o registro do responsável técnico CONTADOR no Conselho Regional de Contabilidade CRC, de forma permanente ou provisória, com vínculo com a Contratada, comprovado através de contrato social, registro em CTPS ou Contrato de Prestação de Serviço.







PBH Ativos S/A

Investindo em Belo Horizonte

724  
R

- 7.8. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 7.9. Responsabilizar-se pelas despesas de todos os encargos e obrigações sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias, por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados e demais exigências legais para o exercício da atividade.
- 7.10. Utilizar pessoal técnico por ela regularmente mantido em seus quadros, devidamente habilitado e capacitado a exercer suas funções.
- 7.11. Substituir, a qualquer tempo, mediante solicitação expressa do Contratante, seu técnico, caso este esteja desenvolvendo sua função de forma inadequada, por outro com características iguais ou superiores ao original.
- 7.12. Fornecer, a qualquer tempo, quando solicitado pelo Contratante, informações técnicas sobre o objeto deste contrato, responsabilizando-se, às suas expensas, sem ônus para o Contratante, por quaisquer deficiências ou erros que porventura venham a ocorrer durante o desenvolvimento dos serviços.
- 7.13. Responsabilizar-se exclusivamente por todas as despesas e obrigações relativas a assistência médica, Previdência Social, seguro contra acidentes, quaisquer implicações de natureza trabalhista e fiscal de seus contratados.
- 7.14. Determinar aos seus empregados, prepostos e colaboradores o respeito às normas, regulamentos e horário administrativo do Contratante, incluindo o uso de documento de identificação, quando este for exigido.
- 7.15. Manter completo sigilo sobre os dados ou informações fornecidas pelo Contratante, bem como de todos os resultados e análises decorrentes dos serviços;
- 7.16. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.
- 7.17. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.
- 7.18. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à prestação deste serviço.
- 7.19. Os profissionais indicados pelo Contratante, deverão efetivamente participar da prestação dos serviços, objeto deste contrato, admitindo-se substituição por profissional (is) de experiência equivalente ou superior, desde que motivada e aprovada pela Contratada, devendo, neste caso, ser comprovado que o(s) novo(s) profissional(is) atende(m) a todos os requisitos especificados no Edital para a respectiva função.





## CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Fiscalizar a prestação dos serviços contratados.
- 8.2. Fiscalizar a manutenção pela Contratada, das condições de habilitação e qualificações exigidas no item 9 do edital, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei 8.666/93.
- 8.3. Prestar todas as informações necessárias com clareza à Contratada para a execução dos serviços contratados.
- 8.4. Pagar no vencimento as faturas apresentadas pela Contratada.
- 8.5. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.
- 8.6. Assegurar o acesso dos empregados e prepostos da CONTRATADA às suas instalações, a fim de que possam cumprir as obrigações decorrentes do presente contrato.
- 8.7. Fornecer os dados e elementos informativos disponíveis e necessários para que a CONTRATADA possa desenvolver, com eficiência, os serviços ora contratados.

## CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias, após a emissão da (s) Nota (s) fiscal (ais) pela Contratada e condicionado à aprovação pelo Contratante, através da Diretoria de Negócios/Gerência de Contabilidade dos documentos entregues, da seguinte forma:
  - 8.1.1. **1ª Parcela:** Auditoria de 30/06/2016 - Aprovação pelo Contratante do Relatório da Auditoria de Controle Internos e Relatório de Revisão dos Auditores Independentes sobre as Informações Intermediárias, sendo o percentual de pagamento de 40% do valor do contrato.
  - 8.1.2. **2ª Parcela:** Auditoria de 31/12/2016 - Aprovação pelo Contratante do Relatório da Auditoria de Controle Internos e Relatório dos Auditores Independentes (Parecer), sendo o percentual de pagamento de 40% do valor do contrato.
  - 8.1.3. **3ª Parcela:** Auditoria da Declaração do SPED Contábil – Aprovação pelo Contratante do relatório de controle interno sobre os testes de avaliação dos arquivos gerados, sendo o percentual de pagamento de 10% do valor do contrato.
  - 8.1.4. **4ª Parcela:** Auditoria da Declaração da Escrituração Fiscal – Aprovação pelo Contratante do relatório de controle interno sobre os testes de avaliação dos arquivos gerados, sendo o percentual de pagamento de 10% do valor do contrato.
- 8.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação dos serviços realizada e o período da execução.







- 8.3. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal/fatura conforme legislação vigente e deverá entregá-la até 1 (um) dia após sua emissão.
- 8.4. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

#### CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. A prática de atos ilícitos e o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e impedimento de contratar, nos termos do art. 7º. da Lei n. 10.520/02;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

- 9.2. Compete ao Diretor Executivo da PBH Ativos S/A aplicar as penalidades previstas no subitem 9.1. letras "a", "b" e "c", devendo o recurso administrativo será analisado e julgado pelo Diretor Presidente da PBH Ativos.

- 9.3. Compete ao Diretor Presidente da PBH Ativos S/A aplicar as penalidades previstas no subitem 9.1, letra "d" e o recurso administrativo será analisado e julgado pelo Conselho de Administração da PBH Ativos.

- 9.4. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a CONTRATADA da plena execução do objeto contratado.

##### 9.5. Da advertência:

- 9.5.1 A sanção de advertência, prevista neste instrumento, consiste em comunicação formal ao infrator decorrente da inexecução de deveres que ocasionem riscos e/ou prejuízos de menor potencial ofensivo para a CONTRATANTE.

##### 9.6. Da multa:

- 9.6.1. O infrator que descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos nos contratos ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

- I - multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na execução de serviços, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;





**II - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre valor total da adjudicação da licitação, em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;**

**III - multa de 3% (três por cento) sobre o sobre valor total da adjudicação da licitação, na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:**

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela PBH Ativos S/A;
- c) tumultuar a sessão pública da licitação;
- d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
- e) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de licitação;
- f) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

**IV- multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:**

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pelo Contratante, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- e) não devolver os eventuais valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- g) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- h) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pelo Contratante;
- i) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- j) deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vales-refeições, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- k) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

**V - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.**







**VI** - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando o infrator der causa à rescisão do mesmo;

**VII** - indenização a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à CONTRATANTE superiores aos contratados.

**9.6.2.** Se a recusa em assinar o contrato a que se refere o inciso II do subitem 9.6.1 for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

**9.6.3.** O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**9.6.4.** A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.

**9.6.5.** Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

**9.6.6.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

#### **9.7. Dos procedimentos:**

**9.7.1.** Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento - AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

**9.7.2.** O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no Diário Oficial do Município.

**9.7.3.** Será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso administrativo.

**9.7.4.** O recurso administrativo não terá efeito suspensivo.

**9.7.5.** Será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.





9.7.6. Os prazos serão computados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos e o início e o vencimento dos prazos dar-se-ão em dia útil.

9.7.7. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

I - Poderão ser descontados do valor da fatura imediatamente subsequente ao decurso do prazo previsto no subitem 18.7.2.3;

II – Impossibilitado o desconto a que se refere o inciso I acima, poderão ser adotadas as medidas extrajudiciais, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e judiciais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA EXTINÇÃO E RESCISÃO**

11.1. O presente contrato extinguir-se-á ao seu término, sem necessidade de qualquer notificação ou interpelação ou judicial ou extrajudicial, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo.

11.2. O presente contrato poderá ser rescindido, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses da CONTRATADA:

11.2.1. Infringir quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato;

11.2.2. Entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;

11.2.3. Transferir ou ceder o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte;

11.2.4. Recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;

11.2.5. Deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata ao Contratante;

11.2.6. Deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais;

11.2.7. Ser declarada inidônea e/ou suspensa e/ou impedida do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;

11.2.8. Subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, associar-se com outrem, praticar fusão, cisão ou incorporação, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada;

11.2.9. Demais hipóteses previstas na legislação.

11.3. A rescisão do contrato poderá ser:







PBH Ativos S/A

Investindo em Belo Horizonte

727  
e

**I** - Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados no subitem anterior;

**II** - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

**III** - Judicial, nos termos da legislação;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO**

**12.1.** Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à CONTRATADA, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA GARANTIA**

**13.1.** O presente contrato será garantido por meio de depósito bancário no valor de R\$ 7.785,00 (sete mil setecentos e oitenta e cinco reais), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratual.

**13.2.** A caução em dinheiro só será devolvida após o cumprimento total das obrigações contratuais.

**13.3.** A cobertura do seguro-garantia vigorará até a extinção das obrigações do tomador, devendo este efetuar o pagamento do respectivo prêmio, por todo o período da garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice.

**13.4.** A garantia na forma de Fiança Bancária terá sua vigência até o cumprimento total das obrigações contratuais.

**13.5.** O Município de Belo Horizonte poderá utilizar, total ou parcialmente, da garantia exigida para se ressarcir de multas estabelecidas neste contrato.

**13.6.** O valor da garantia poderá ser utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, obrigando-se a Contratada a fazer a respectiva reposição no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis, contado da data em que for notificada.

**13.6.1.** A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto nos §§ 1º e 2º, art. 65 da Lei n. 8666/93.

Av. Getulio Vargas 1245, 12º andar – Savassi - Belo Horizonte - MG - Brasil Telefone: (+55 31) 3246-7044  
e-mail: [contato@pbhativos.com.br](mailto:contato@pbhativos.com.br) - CNPJ: 13.593.766/0001-79

Página 9 de 13





**14.3. A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira.**

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

**15.1.** A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município “DOM” correrá por conta e ônus da Administração.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS ANEXOS

**16.1. Vincula-se ao presente contrato a proposta da CONTRATADA, nos termos do art. 55, XI, da Lei nº 8.666/93 e são anexos ao presente instrumento e dele fazem parte integrante:**

**1. Anexo I – Projeto Básico –Prestação do serviço.**

## CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA: DO FORO

**17.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, de de 2016

Francisco Rodrigues dos Santos  
Diretor Executivo PBH Ativos S/A

Júlio Onofre Mendes de Oliveira  
Diretor Presidente PBH Ativos S/A

Francisco de Paula dos Reis Junior  
BDO RCS-Auditores Independentes SS

Paulo Eduardo Santos  
BDORCS Auditores Independentes SS

Testemunhas:

1) .....  
2) .....

Reconheço por semelhança a(s) 1 firma(s) de: **AE869981**  
**FRANCISCO DE PAULA DOS REIS JUNIOR**  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX -XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
São Paulo, 5/10/2016 Com valor econômico  
Em testemunho da Verdade R\$ 8,15  
13161642865310 **SIMONE DOS SANTOS-8135/94**

**27** TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
LUCIANO DE MACHA SCHMIDT - Tabela Interino  
AV SÃO LUIZ 59 - REPÚBLICA - SÃO PAULO - SP - FONE: (11) 3124-5000 - CEP 01046-001

Av. Getulio Vargas 1245, 12º andar – Savassi - Belo Horizonte - MG - Brasil Telephone: (+55 31) 3246-7044  
e-mail: contato@pbhativos.com.br - CNPJ: 13.593.766/0001-79

Página 10 de 13







728  
e

## ANEXO I

### PROJETO BÁSICO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1.1. Auditoria das Demonstrações Financeiras, a se encerrarem em 31/12/2016, a ser conduzida de acordo com o disposto nas normas internacionais de auditoria em vigor (NBCTAs) e em observância às normas contábeis emanadas pelos Órgãos Fiscalizadores, tais como: Instituto dos Auditores Independentes – IBRACON, Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. O prazo limite para discussão de minuta de parecer e recomendações de ajustes porventura necessários será até 28/02/2017, devendo o parecer conclusivo ser entregue até 20/03/2017.
- 1.2. **Revisão Especial das informações relativas ao semestre a se encerrarem em 30/06/2016 inclusive, com base nas práticas contábeis brasileiras, com a emissão de Relatório de Revisão Especial em observância a NBC TR 2400 e NBC TR 2410). O prazo para discussão de eventuais ajustes será até 16/09/2016, devendo o parecer conclusivo ser entregue até 30/09/2016.**
- 1.3. Revisão das Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas dos subitens 1.1 e 1.2.
- 1.4. Auditoria dos procedimentos adotados para determinação das bases de cálculo e da conformidade com a legislação em vigor, referente aos impostos e contribuições elencados a seguir:
  - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ;
  - Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL;
  - Programa de Integração Social – PIS;
  - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.
- 1.5. **Emissão de Relatórios acerca dos controles e procedimentos contábeis e fiscais auditados. Os relatórios referentes as auditorias de 30/06/2016 e 31/12/2016, deverão ser emitidos até 30/09/2016 e 20/03/2017, respectivamente.**
- 1.6. Comparecer, quando solicitado pela PBH Ativos, às reuniões das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, Conselhos Fiscal, Administração e de Diretoria. A convocação, pela PBH Ativos, deverá ser prévia e, com a descrição da pauta.
- 1.7. Os serviços deverão ser executados na sede da PBH ATIVOS S/A e/ou na sede da Contratada.
- 1.8. O escopo do trabalho compreende:
  - 1.8.1. Analisar os sistemas de controle interno da PBH ATIVOS S/A, compreendendo a estrutura organizacional, as principais operações e seu respectivo processo de desenvolvimento, conhecimento dos procedimentos contábeis, das normas e rotinas existentes, bem como sugestões para aprimoramento;





- 1.8.2. Verificar relatório circunstanciado sobre as operações de Debêntures e Fluxo de Recebíveis da cessão Créditos Autônomos;
  - 1.8.3. Teste das Operações dos Créditos Recebíveis da COPASA e dos direitos creditórios do Município;
  - 1.8.4. Teste dos procedimentos para a contratação, recebimento e pagamento de serviços terceirizados pela PBH ATIVOS S/A;
  - 1.8.5. Teste de Operações e Transações para confirmar a efetividade dos sistemas de controle existentes, compreendendo as seguintes operações:
  - 1.8.6. Teste das folhas de pagamento, cálculo dos encargos sociais, respectivas provisões e validação das obrigações acessórias;
  - 1.8.7. Auditoria nas conciliações financeiras (Caixa, Bancos, Empréstimos e Financiamentos e Garantias);
  - 1.8.8. Auditoria do Imobilizado: Teste de aquisição, alienação e baixa de bens e de Depreciação;
  - 1.8.9. Auditoria de pagamentos em observância as políticas de alçadas para pagamentos, cotações/orçamento, documentos suportes e contratos firmados;
  - 1.8.10. Auditoria do Patrimônio Líquido em observância a constituição do Capital Social e Reservas Legal e de Lucros;
  - 1.8.11. Verificar Escriturações dos Livros Societários;
  - 1.8.12. Revisar Declaração da Escritura Contábil Digital/ECD, Escrituração Contábil Fiscal/ECF, PER/DCOMP's, DCTF e DIRF;
  - 1.8.13. Comunicar à Contratante tempestivamente, durante a vigência do contrato, sobre alterações na legislação ou outros fatores de natureza contábil e fiscal, de tal forma a alertar e prevenir sobre possíveis impactos nas Demonstrações Contábeis da PBH ATIVOS S/A e que permite a Administração efetuar estudos para tomada de decisões;
- 1.9. Ressalta-se que o escopo descrito no item 1.8 e seus subitens serão realizados, por meio de provas seletivas, testes e amostragens, com base na análise e riscos da auditoria.

## DOS PRAZOS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1.10. A Contratada fará uma visita de reconhecimento em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do Contrato, com o objetivo de coletar dados e obter as informações necessárias para a programação definitiva dos trabalhos.







- 1.10.1.** A Ordem de Serviço – OS será emitida pelo Contratante em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato.
- 1.11.** Como resultado dos serviços a serem executados, deverão ser emitidos os seguintes relatórios:
- a) No encerramento da auditoria de cada semestre serão emitidos 02 (duas) vias de relatórios circunstanciados sobre os exames realizados com conclusões e recomendações para o aperfeiçoamento das normas de controle interno e dos procedimentos contábeis a serem entregues;
  - b) 02 (duas) Vias de relatórios de Revisão Especial das Informações Contábeis de 30/06/2016, examinadas na forma das legislações específicas;
  - c) 02 (duas) vias de relatórios dos Auditores Independentes (“Parecer”) sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo de 31/12/2016, examinadas na forma das legislações específicas;
- 1.12.** O planejamento e o cronograma deverão ser discutidos e acertados previamente com a PBH ATIVOS S/A, sem prejudicar o escopo global do trabalho;
- 1.13.** Quaisquer alterações para a apresentação dos relatórios citados nos subitens 1.19 nos prazos fixados nos subitens 1.1, 1.2 e 1.6, a Contratada deverá submeter ao prévio conhecimento e aprovação da PBH ATIVOS S/A.

**ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO**

- 1.14.** O acompanhamento e o gerenciamento do contrato serão exercidos pela Gerência Contábil da PBH ATIVOS, a qual deverá se reportar à Contratada para resolução de quaisquer problemas decorrentes desta contratação.
- 1.15.** Todas as comunicações relativas ao presente Contrato serão consideradas como feitas regularmente, se entregues ou enviadas por cartas protocoladas, telegramas, ou por fax, desde que, com comprovação de recebimento.
- 1.16.** As comunicações dirigidas à CONTRATANTE deverão ser encaminhadas por escrito ao Fiscal do Contrato no seguinte local/endereço: PBH ATIVOS S/A – Avenida Afonso Pena, 774, 5º andar - Bairro Centro, CEP 30.130-003, Belo Horizonte, MG.
- 1.17.** Os profissionais indicados pelo licitante deverão efetivamente participar da prestação dos serviços, objeto da licitação, admitindo-se substituição por profissional (is) de experiência equivalente ou superior, desde que motivada e aprovada pela PBH Ativos S/A, devendo, neste caso, ser comprovado que o(s) novo(s) profissional(is) atende(m) a todos os requisitos especificados neste Edital para a respectiva função.



